



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

LORRAN BRAYAN NASCIMENTO PAIVA MONTEIRO

**UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E
PROPAGANDA (DIP) NA ERA VARGAS: um sustentáculo do populismo e do
autoritarismo de Vargas**

PICOS-PI
2014

LORRAN BRAYAN NASCIMENTO PAIVA MONTEIRO

**UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E
PROPAGANDA (DIP) NA ERA VARGAS: um sustentáculo do populismo e do
autoritarismo de Vargas**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Como requisito para a obtenção do grau de Licenciado sob orientação do professor prof^o. Dr. Johny Santana de Araújo.

Eu, **Lorran Brayan Nascimento Paiva Monteiro**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 07 de julho de 2014.


Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M775e Monteiro, Lorran Brayan Nascimento Paiva.
Um Estudo sobre o papel do departamento de imprensa e propaganda (DIP) na Era Vargas: um sustentáculo do populismo e do autoritarismo de Vargas / Lorran Brayan Nascimento Paiva Monteiro. – 2013.
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (51 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof.Dr. Johny Santa de Araújo

1. DIP. 2. Vargas. 3. Censura. 4. Imprensa. I. Título.

CDD 981.061

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo imenso amor que tem a mim.

Ao Profº Dr. Johny Santana de Araújo e ao professor MS. Francisco Gledson da Costa Monteiro pela orientação, apoio, dedicação e disponibilidade com que acompanhou a elaboração desse trabalho e principalmente pela forma com que demonstra acreditar em seus alunos.

Aos meus pais e irmãos pela paciência e compreensão que me dedicam e por sempre acreditarem que sou capaz. Obrigado, de todo o meu coração, pelas palavras encorajadoras que muito me estimularam para concluir esta etapa tão significativa em minha vida.

Aos colegas de curso pelos momentos que compartilhamos juntos que sempre estiveram ao meu lado durante todo esse percurso. Aos meus demais familiares que por uma palavra de apoio ou um sorriso confortador me ajudaram a vencer esta etapa.

À coordenação e aos professores da Universidade Federal do Piauí por sua contribuição na construção de nossos conhecimentos e na nossa formação.

“O populismo é a tentativa dos meios de comunicação de popularizar líderes políticos, buscando estabelecer entre eles e seu público uma relação mais direta e pessoal.”

RESUMO

Ao longo do século XX houve diversas mudanças no cenário político brasileiro, dentre as quais a mais significativa foi à entrada do Presidente Getúlio Vargas na presidência do país em 1930, através de um golpe de estado, após perder as eleições presidenciais, que resultou na derrubada de Júlio Preste do poder. Ao encontrar-se no poder, Getúlio buscava se fortalecer e, desse modo, seu governo realizou ações no intuito de chegar a tal objetivo, tais ações tenderam a centralização administrativa e política, bem como a construção de uma identidade nacional brasileira uniforme, também se utilizou da censura para esconder atrocidades de seu governo, foi assim que encontrou no Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, um órgão de censura aos meios de comunicação e manifestações artísticas, um sustentáculo para seu governo. Neste sentido, este trabalho objetivou realizar um estudo mais aprofundado sobre o papel, a importância e suas atribuições durante o autoritarismo estabelecido por uma das mais importantes figuras na história da política brasileira. A partir do levantamento que fizemos, da leitura e interação com todo o aporte teórico aos quais tivemos acesso, vimos que o governo do Presidente Getúlio Vargas conseguiu se manter durante tantos anos e manipular o consciente da população, alavancando uma verdadeira comoção quando se trata deste presidente, por ter conseguido aliar ao seu mandato órgãos que o promoveram e criaram uma imagem que é indiscutivelmente marcante e inesquecível ao povo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: DIP; Vargas; Censura; Imprensa.

ABSTRACT

Throughout the twentieth century there were several changes in the Brazilian political scenario, among which the most significant was the entry of Getúlio Vargas in the presidency of the country in 1930 through a coup, after losing the presidential election, which resulted in the overthrow of Pay Julius power. When you find yourself in power, Vargas sought to strengthen and thus his government held shares in order to reach this goal, such actions tended to administrative and political centralization, as well as the construction of a uniform Brazilian national identity, also used censorship to hide atrocities of his government, was once found in the Department of Press and Propaganda, DIP, an organ of censorship on the media and artistic events, a support for his government. Thus, this study aimed to undertake further study of the role, importance and their assignments during the authoritarianism established by one of the most important figures in the history of Brazilian politics. From the survey we did, reading and interacting with all the theoretical framework to which we had access, we saw that the Vargas government managed to stay for so many years and manipulate the conscious population, leveraging a real shock when it comes to this president, by have managed to combine its mandate agencies who promoted and created an image that is undeniably remarkable and unforgettable to the Brazilian people.

KEYWORDS: DIP; Vargas; Censorship; Press.

LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertado
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
M.M.D.C	Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A DITADURA DE GETÚLIO VARGAS: reminiscências históricas	13
1.1 A república e suas peculiaridades.....	13
1.2 O regime da política de Vargas.....	17
1.3 A Aliança Nacional Libertadora-ANL.....	23
2 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP) NA ERA VARGAS.	26
2.1 Ascendências do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): Um olhar Sobre os Departamentos Antecessores ao DIP e o Surgimento e Atribuições do Mesmo.....	26
2.2 O DIP e Seu Papel Como Promotor da Propaganda no Governo Vargas .	28
2.3 O Departamento de Imprensa e Propaganda e Sua relação Com as Imagens	30
2.4 “A Hora do Brasil” O DIP e Sua Relação Com o Radio na Propaganda e Censura Imposta Pelo Governo Vargas.....	32
3 O DIP E SEU PAPEL COMO MANTENEDOR DO POPULISMO E AUTORITARISMO VARGUIANO	35
3.1 O Populismo Varguista durante o Estado Novo.....	35
3.2 A Imprensa Como Mantenedora do Populismo e Autoritarismo do Governo de Getúlio Vargas	37
3.3 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Sua Contribuição ao Populismo Varguista	38
3.4 Censura: O DIP e o Autoritarismo Varguista	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

A História política do Brasil é marcada pela mudança, passando por regimes que foram deste o monárquico, o republicano, o ditatorial e novamente se estabeleceu o republicano que é vigente até a atualidade. Essa sucessão de regimes envolveu inúmeras brigas, disputas, conflitos e fatos que fizeram deste país uma nação alicerçada pela disputa do poder e pela resistência do povo brasileiro mediante as repressões que lhes foram impostas.

A ditadura foi um dos regimes que marcou o país e que ainda hoje repercute suas conseqüências no sistema político nacional. As mudanças que ocorreram no cenário político brasileiro no século XX têm na figura do ex-presidente Getúlio Vargas uma das mais significativas, desde sua entrada como presidente do país em 1930. Sua representação na memória e na consciência brasileira é um divisor de águas na história política deste país, uma vez que seu mandato recebe hoje o título de Era Vargas, quão significativo foi a presença deste homem na presidência. Neste contexto julgamos interessante analisar como o Departamento de Imprensa e Propaganda contribuiu para formação desta época tão relevante para a história deste país.

Getúlio Vargas ficou conhecido como o presidente do povo e detentor de um carisma em relação às massas que talvez nenhuma outro político teve ou terá em toda história do Brasil. Porém, este carisma e esta ideologia de “o presidente do povo” não foi conseguido apenas através da simpatia de Getúlio, mas por todo um esquema de manipulação e alienação conseguidos a partir de seu discurso que dizia o que o povo queria ouvir e em contrapartida, atendia aos desejos da elite brasileira.

No manuseio e controle de todas as esferas de manipulação governamental, desde a imprensa, a propaganda até arte e as manifestações culturais, que o rodeavam Getúlio Vargas promoveu o surgimento de órgãos que lhes conferisse a manutenção e promoção de sua imagem como figura de bondade e prosperidade, ao passo que matinha a censura e a manipulação pelo mesmo. Getúlio Vargas, ao encontrar-se no poder, buscava se fortalecer e, desse modo, seu governo realizou ações no intuito de chegar a tal objetivo, tais ações tenderam a centralização

administrativa e política, bem como a construção de uma identidade nacional brasileira uniforme, também se utilizou da censura para esconder atrocidades de seu governo, foi assim que encontrou no Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, um órgão de censura aos meios de comunicação e manifestações artísticas, um sustentáculo para seu governo.

Um desses órgãos foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que foi criado para controlar totalmente a vida cultural brasileira, bem como as formas de expressão artística, principalmente após a instauração da censura que ditava moldes a serem seguidos, todos pautados na incumbência de repreender e controlar, à medida que fazia a propaganda do governo Vargas e buscava controlar os meios de comunicação (CALEBRE, 2014).

Partindo-se deste apanhado a cerca de Getúlio Vargas e o papel do DIP em seu governo, este trabalho objetiva realizar um estudo mais aprofundado sobre o papel, a importância e suas atribuições durante o autoritarismo estabelecido por uma das mais importantes figuras na história da política brasileira. Acreditamos que nos debruçarmos num levantamento e numa leitura a cerca desta parte da política de manutenção de Vargas ao poder pode elucidar os motivos que tornaram Getúlio Vargas tão poderoso durante tantos anos neste país. E assim, por meio deste estudo estabelecer elos entre o passado e a atualidade, fazendo uma releitura de fatos históricos que ainda na atualidade emitem seus reflexos e são sempre trazidos a discussão.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos, o primeiro deles faz uma retrospectiva na história política oligárquica que precederam a instituição do estado novo, para que assim fosse possível entender o contexto que culminou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

O segundo capítulo aborda a gênese do DIP expondo quais foram suas principais atribuições e sua importância para o fortalecimento de Getúlio Vargas no poder, bem como aborda a centralização administrativa e política, e disseminação de seu discurso de construção de uma identidade nacional brasileira uniforme, e seu papel como ferramenta de estabelecimento da censura aos meios de comunicação e manifestações artísticas, um sustentáculo para seu governo.

O terceiro e último capítulo objetivou discutir o DIP e sua relação com o populismo varguista, para assim, tentar depreender como o mesmo, ajudou a manter o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas que se manteve durante muito tempo

como ícone representativo de uma forte liderança populista, termo que deve sua existência ao governo varguista. Assim, este capítulo aborda entre outros temas o populismo com função de conceder ao povo e aos aliados do regime benefícios, sem que com isso, o então presidente perde-se força em seu poder.

Este trabalho encontrou embasamento teórico nas contribuições das obras de autores relevantes ao estudo de história tais como Fausto (2004), D'Araújo (1999), Camargo (1999), Pandolfi (2012), Calebre (2014), Capelato (1999), Garcia (2014), Luca (2011) entre outros de enorme contribuição para construção deste estudo. Esperamos a partir deste, suscitar novas concepções, reconstruir antigas posições e ampliar o olhar frente os fatos que marcaram a história deste país e que ainda hoje emanam por nossa realidade política, histórica e social.

1 A DITADURA DE GETÚLIO VARGAS: reminiscências históricas

Ao longo do século XX houve diversas mudanças no cenário político brasileiro, dentre as quais a mais significativa foi à entrada de Getúlio Vargas na presidência do país em 1930, através de um golpe de estado, após perder as eleições presidenciais, que resultou na derrubada de Júlio Preste do poder, com o consequente fim da política do café-com-leite que vigorara desde 1894, e a aclamação de Getúlio a presidência da república do Brasil, constituindo-se assim o período conhecido como a Era Vargas, que teve início em 1930 e permaneceu até 1945, posteriormente Vargas assume o congresso e, em 1951 assume novamente a presidência e governa até 1954, ano de sua morte.

O Brasil viveu ao longo de sua trajetória políticas diferentes momentos históricos, serão destacados neste estudo alguns acontecimentos da Era Republicana, especialmente as características dos diferentes momentos do governo de Vargas. Para tanto se faz necessário uma contextualização da época.

1.1 A república e suas peculiaridades

A era da república no Brasil teve início com a sua proclamação em 1889 por Marechal Deodoro da Fonseca, e este sistema de governo vigora até os dias atuais, o país passou por importantes mudanças governamentais, econômicas, políticas e sociais. O período do Brasil República está dividido em cinco fases: República Oligárquica, Era Getúlio Vargas, República Populista, Ditadura Militar e Nova República.

A República Velha começa com a proclamação liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 1889. E já em 1891 é promulgada a 1ª Constituição da era republicana. Também conhecida como República das Oligarquias, que tinha como base a economia cafeeira e, portanto, mantinha fortes vínculos com grandes proprietários de terras. O período foi marcado por governos ligados ao setor agrário, sobretudo pelo coronelismo que se mantinham no poder de forma alternada, constituindo-se assim como a “política do café com leite” (São Paulo e Minas Gerais), que se caracterizava como uma política de revezamento do poder nacional executada na República Velha entre 1889 e 1930, por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos estados de São Paulo - com grande produção

de café - e Minas Gerais - maior pólo eleitoral do país da época e produtor de leite. Revezavam-se no poder representantes do Partido Republicano Paulista (PRP), e do Partido Republicano Mineiro (PRM), que controlavam as eleições e gozavam do apoio da elite agrária de outros estados do Brasil. Contudo com a quebra dessa troca de governo e os descontentamentos dos partidos políticos provocou a Revolução de 30.

A revolução de 30 surgiu em meio a um período onde o Brasil estava abalado pela crise de 1929, onde o cenário brasileiro no final da década de 1920 não era promissor para a ordem oligárquica. A situação piorou quando Washington Luís se negou a apoiar o candidato Antônio Carlos, mineiro, que deveria substituí-lo, optando pelo paulista Júlio Prestes. O conflito iniciou-se com um movimento político-militar, preparado durante dois meses pelos políticos dissidentes e os tenentes derrotados nas eleições de 1930, que pôs fim à Primeira República. A revolta armada eclodiu simultaneamente em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, sob liderança de Getúlio Vargas, e no Nordeste, sob o comando de Juarez Távora. Em menos de um mês o movimento era vitorioso em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará sob controle do governo federal. Diante dos acontecimentos, a Marinha e o Exército depuseram, no Rio de Janeiro, o presidente Washington Luís e organizaram um novo governo, denominado de Junta Pacificadora, contudo o peso político de Getúlio Vargas e a pressão das forças revolucionárias obrigaram a Junta Pacificadora a entregar o poder a Getúlio em 3 de novembro de 1930. Tinha início, assim, um novo momento na história republicana brasileira, denominado pelas pessoas da época como República Nova, em oposição à República Velha dos coronéis e dos cafeicultores. A Revolução de 30 encerra o controle político da oligarquia cafeeira, porém continua a garantir a força econômica das elites.

O ato revolucionário foi uma manobra política feita pela Aliança Liberal, então partido político pelo qual o presidente Getúlio Vargas disputou as eleições à presidência, foi conduzida por tenentes e por um grupo de políticos civis, ocorrida em outubro de 1930, culminou com um golpe de estado que depôs Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Julio Preste, com isso Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha e o início uma fase marcada por transformações no relacionamento do Estado com o conjunto da sociedade brasileira.

É notável que a Revolução foi um acontecimento histórico que rompeu com o sistema oligárquico, constituindo-se como um divisor de águas no cenário político, econômico e social de todo o país. Segundo Antônio Cândido como um eixo em torno do qual girou a cultura brasileira. As transformações dos anos 20 foram integradas sob novas condições, foram unificadas sob novo momento histórico. Os artistas e Intelectuais passaram a uma consciência ideológica e a um compromisso político, religioso e social. Houve um convívio íntimo entre a literatura e as Ideologias. A polarização dos intelectuais é marcada em alguns casos com a opção explícita pelo comunismo ou pelo fascismo. Mesmo quando isso não ocorria, os intelectuais vivenciavam uma preocupação com as questões sociais¹.

Com a vitória na Revolução de 30, Getúlio Vargas assume o governo do país em meio a uma crise financeira, política, econômica e cafeeira e tem como missão reerguê-lo e promover o progresso e desenvolvimento da nação.

A figura de maior expressão na história política brasileira do século XX provinha de uma família de estancieiros de São Borja, na região gaúcha da Campanha. Seu pai - líder local do PRR - envolveu-se nas lutas contra os federalistas. Getúlio fez até 1930 uma carreira tradicional, nos quadros do PRR, sob a proteção de Borges de Medeiros. Foi promotor público, deputado estadual, líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, ministro da Fazenda de Washington Luís e governador do Rio Grande do Sul. Em 1930, saltou para a presidência da República, personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica².

Foi um dos personagens da história política brasileira de maior expressão e carisma, as ações de seu governo são referências nos debates políticos e sociais da atualidade. Inaugurou no Brasil o populismo³, um modelo político onde o governante cria elementos que o identifique com as aspirações e com a vida desse povo sem, no entanto, pertencer a ele. Um modelo onde o governo se disfarça de popular faz algumas concessões ao povo para, no fundo, atender aos desejos da elite que representa. Esse tipo de política, nascida na década de 30, se estendeu até o Golpe Militar de 1964.

A pessoa de Getúlio Vargas se desdobrou, ao longo do tempo, em várias personas. Há um Getúlio tradicional, nascido do ventre da República Velha, um Getúlio modernizador, um populista autoritário, outro também populista, mas eleito democraticamente, embora nada convencido das virtudes da democracia⁴.

¹D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.89.

²FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.p. 331.

³Populismo- modelo político de manipulação dos anseios populares, criado por Vargas em seu governo nos anos 30, usado como forma de dominação em massa do povo.

⁴FAUSTO, Boris. **1930- Memória e História**. São Paulo. Graal, 2005. P.164.

Getúlio era considerado uma figura política altamente carismática, fator este que chamava a atenção e o aproximava do povo, é também configurando como um líder extremamente populista e dominador.

Não e por outra razão que Weber apontou diferenças entre a dominação carismática e a rotineira procurando destacar na primeira formas excepcionais de controle e de mando. O carisma, segundo ele, seria gerado por situações socialmente instáveis e conturbadas em momentos de transição, de destruição ou decomposição das instituições, bem como de aceleradas mudanças de estrutura. Em tal contexto a liderança pessoal atua com uma função social de coesão e unidade ao criar por um processo transferencial de cunho passional e afetivo, a identidade: entre o Indivíduo e a sociedade, aliança do líder. “Diante da fragilidade social que produz uma insegurança crescente, provocada pela perda dos vínculos tradicionais, o líder é afastado do homem comum e é tratado como se possuísse qualidades supernaturais, super-humanas ou no mínimo excepcionais⁵”.

Os principais temas trabalhados em seu governo eram o nacionalismo, populismo, estatização da economia, autoritarismo, paternalismo político, legislação trabalhista e controle e/ou liberdade sindical. Assim como pode ser observado nos escritos de D’Araújo (1999):

A Era Vargas caracterizou-se pelo desenvolvimento econômico, o nacionalismo, o controle sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos, o planejamento estatal, a legislação social, os investimentos públicos e, sobretudo pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico. Do ponto de vista político foi marcada pela precariedade das liberdades públicas, pela fraqueza da participação, por entraves à organização e à institucionalização política. Apropriando-se. A sua maneira de invenções políticas que se operavam no plano Internacional, a Era Vargas imprimiu ao Brasil conotações autoritárias, populistas e populares e produziu um modelo econômico e institucional cuja durabilidade foi surpreendente⁶.

A Era Vargas foi um período marcado por diversas transformações no cotidiano nacional brasileiro, tanto na história política como também social, econômica e cultural ao longo de todo o período republicano. Destacando a modernização do país, o avanço do setor industrial, o voto feminino, a criação das leis trabalhistas, a construção da cidadania sob o domínio do Estado, este que por sua vez é centralizado na figura populista e modernizadora de seu governante.

⁵CAMARGO. Aspásia. Personalidade Política: Vargas. Da Conciliação ao Maquiavelismo. In : D’Araújo. Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ : Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

⁶D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 7.

1.2 O regime da política de Getúlio Vargas

Getúlio Vargas iniciou seu governo após a Revolução de 30 de forma provisória e continuou assim até 1934. Adotou postura de ditador, procurando estabelecer o controle total sobre o aparelho do Estado, não da mesma forma que adotaria durante o Estado Novo. Governou neste período através de Decretos-lei, desrespeitando a Constituição, nomeou interventores tenentes para os Estados, desse modo tornava extinto o cargo de Governador.

As medidas centralizadoras do governo provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, ele assumiu não só o Poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central⁷.

O atrelamento dos sindicatos ao governo também ocorreu neste período, bem como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ainda no período provisório Getúlio Vargas criou leis trabalhistas como a jornada de trabalho 8 horas diárias, aposentadoria e férias, visando reprimir os esforços de organização da classe trabalhadora urbana para que a mesma apoiasse o novo governo.

Na área social, o Governo Provisório também fez investimentos significativos. Ainda em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chamado Ministério da Revolução, e o Ministério da Educação e Saúde Pública. À exceção do salário mínimo, que será regulamentado durante o Estado Novo, entre 1931 e 1934 foi promulgada uma série de decretos e leis de proteção ao trabalhador. A jornada de trabalho no comércio e na indústria foi fixada em oito horas; o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; adotou-se uma lei de férias; foi instituída a carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias. Esse conjunto de leis e decretos culminariam, em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho. [...] Através de uma legislação específica, o governo buscava nacionalizar o trabalho: em qualquer estabelecimento industrial ou comercial era exigida presença de 2/3 de empregados nacionais⁸.

O governo provisório de Getúlio Vargas deveria durar apenas o tempo necessário para a moralização da política nacional. No entanto o governo provisório

⁷FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.p. 333.

⁸PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. IN: **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**/Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.

tornou-se permanente, sem qualquer sinal de novas eleições, isso, juntamente com a demora na convocação de uma assembléia para elaborar uma nova Constituição, deixou alguns setores políticos insatisfeitos.

As oligarquias paulistas demonstraram o descontentamento com a sua exclusão do poder e com as medidas do governo de Getúlio Vargas ao organizarem a Revolução Constitucionalista, revolta armada em oposição ao Governo Federal. Os líderes políticos de São Paulo estavam interessados em resgatar o poder que perderam após a Revolução de 1930 e assim agitaram a população com manifestações de rua, na qual pediam a nomeação de um interventor civil para o Estado de São Paulo, já que o presidente Getúlio Vargas havia nomeado um interventor militar para o mesmo, exigiam também a convocação de uma Assembléia Constituinte, com a imediata reconstitucionalização do Brasil.

O movimento ganhou o nome de **M.M.D.C.**, as iniciais dos nomes de quatro estudantes mortos pela polícia durante os protestos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Getúlio Vargas cedeu apenas em relação à troca do interventor paulista sem, contudo, se dispor a convocar eleições para a assembléia. Diante dessa negativa governamental, os paulistas se mobilizaram para o confronto. Constituíram suas tropas, se armaram e enfrentaram o Exército Nacional numa guerra civil com o objetivo maior de depor Getúlio⁹.

São Paulo rendeu-se após, cerca de três meses de combate, pois não resistiu ao poderio militar do governo, Getúlio Vargas conteve o movimento e desmobilizou as lideranças paulistas. O presidente demonstrava habilidade política, ao esmagar a Revolução Constitucionalista percebeu que seria difícil governar sem a elaboração e posterior promulgação de uma Constituição para o país, assim em 1933, Getúlio Vargas convocou eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

Realizada as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em maio de 1933, a população se mostrou participativa e demonstrou ainda impulso na organização de partidos, surgiram nos Estados partidos diferenciados, mas com a exceção dos comunistas que atuavam na ilegalidade e dos integralistas não formou-se partidos nacionais.

Em 14 de julho de 1934 a Constituinte promulgou a Constituição, inspirada na Constituição de Weimar¹⁰. Pelo voto indireto da Assembléia Nacional Constituinte,

⁹NEVES, Ricardo dos Reis. **Era Vargas (1930 – 1945)**.

¹⁰ República que existiu na Alemanha entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo.

Getúlio Vargas foi eleito em 15 de julho de 1934, presidente da República, o mesmo deveria exercer o mandato até o dia 3 de maio de 1938, quando deveria acontecer as eleições diretas para presidente¹¹. Inicia-se assim a segunda fase da Era Vargas o Governo Constitucional.

A Constituição promulgada em 1934 estabelecia o voto secreto, obrigatório e direto, foi concedido o voto feminino, mas excluía-se os analfabetos. Criava-se ainda a Justiça eleitoral, confirmava-se as leis trabalhistas, estabelecia que o mandato presidencial seria de quatro anos, o Estado poderia intervir na exploração de minérios. A Constituição determinava alterações no Executivo como extinção da vice-presidência e obrigatoriedade da assessoria técnica e estabelecia a Independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Preservava o federalismo e o presidencialismo. A Constituição de 1934 apresentava os pilares do governo de Getúlio Vargas o trabalhismo e o nacionalismo.

Durante o período constitucional a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira representavam a radicalização política seguindo o cenário político mundial do momento, onde ascendiam os movimentos socialistas e fascistas. Tanto a ANL quanto a AIB, lutavam por um maior espaço na vida brasileira.

O regime democrático tão ansiado pelos brasileiros parecia enfim se concretizar, mas após três anos de promulgada a Constituição veio o golpe do Estado novo, mais uma vez os brasileiros decepcionavam-se com as promessas de democracia. “Concorreram para o desfecho grupos situados no interior do governo, em especial no Exército, as vacilações dos liberais e a irresponsabilidade da esquerda¹²”.

Segundo a Constituição promulgada em 1934 o Governo de Getúlio Vargas encerraria em 1938 e o presidente não poderia se reeleger, no entanto, apesar de sua aparente naturalidade, Getúlio Vargas não estava disposto a abandonar o cargo máximo do governo e internamente articulava um modo para continuar na presidência.

Dessa forma o Plano Cohen veio acender o clima de golpe, este acontecimento tem até os dias de hoje aspectos abstrusos. Corria no Brasil um clima de medo do

¹¹FAUSTO, Boris. **História do Brasil**.13 ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.p. 351.

¹²FAUSTO, Boris. **História do Brasil**.13 ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.p. 363.

comunismo, assim os auxiliares de Getúlio Vargas elaboraram o Plano Cohen na intenção de justificar a permanência de Getúlio no poder.

O autor do documento seria Cohen – nome marcadamente judaico – que poderia ser também uma corruptela de Bela Khun, líder comunista húngaro. Aparentemente, “o plano” era uma fantasia a ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas etc¹³.

Assim o Plano Cohen, que nada mais era do que uma obra de ficção, passou a ser uma realidade ao chegar às mãos do Exército, o plano foi divulgado na Hora do Brasil¹⁴ e publicado algumas de suas partes nos jornais, seus efeitos foram logo sentidos, alegando o perigo de ocorrer um golpe comunista Getúlio Vargas manipulou a população assustada, fechou o Congresso e aprovou o estado de guerra, cancelou as eleições e, com ares de salvador da pátria, para garantir a estabilidade da nação se manteve na presidência. Dessa maneira iniciou-se a ditadura do Estado Novo, a terceira e mais difícil fase da Era Vargas.

Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração européia. Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem¹⁵.

Maria Helena Capelato apresenta bem o que foi a o Estado Novo, um Estado forte e autoritário. Getúlio Vargas outorgou a Constituição de 1937, passando a governar com plenos poderes, estabelecendo uma ditadura. O legislativo foi fechado, os partidos foram extintos, as greves e as manifestações foram proibidas, houve torturas e mortes neste período, no entanto Getúlio procurava deixar tudo isso as sombras usando de seu populismo e sua política trabalhista, lembrando os regimes totalitários fascistas da Europa.

A ditadura do Estado Novo se sustentava pela Constituição outorgada em 1937, chamada de Polaca, pois baseava-se na Constituição fascista da Polônia. Esta Constituição era autoritária, conferia a Getúlio instrumentação ditatorial e

¹³Ibidem. P.352

¹⁴Percebendo o poder do rádio Vargas lançou em 1939 o programa Hora do Brasil para divulgar as ações e ideologia do governo.

¹⁵CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? IN: **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**/Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012. p.109.

estabelecia o predomínio do Executivo sobre os demais poderes, intervenção nos Estados, fim da liberdade de Imprensa, fim das eleições diretas. A polícia política era outro pilar de sustentação do Estado Novo, a mesma era comandado por Filinto Müller, esta polícia perseguia os inimigos do regime e seus métodos baseavam-se na delação e tortura.

Outro importante pilar de sustentação da ditadura de Getúlio era o Departamento de Imprensa e propaganda, o DIP, um órgão de censura aos meios de comunicação e manifestações artísticas. Havia ainda o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) que era responsável pela administração da ditadura, um órgão que gerenciava e fiscalizava a burocracia estatal.

Entre os acontecimentos e características do Estado Novo é relevante ressaltar que em 1938 Getúlio Vargas mandou fechar a AIB, mesmo depois de ter usada-a politicamente a colocou na ilegalidade, os fascistas brasileiros revoltaram-se com essa atitude e promoveram uma tentativa de tomada de poder pelos “camisas verdes”, esta tentativa, no entanto, foi sufocada.

O DIP cuidou de usar a censura encobrir a ditadura, promovia o Estado Novo e o presidente Getúlio Vargas, ressaltava as virtudes do presidente e os atos do mesmo, o DIP, juntamente com o povo, consolidou a ideia de Getúlio como pai dos pobres.

Na Economia Getúlio Vargas adotou uma postura intervencionista. A economia era não só organizada pelo Estado, como também dirigida por ele. O presidente criou empresas estatais como a Companhia do Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional. Neste período o setor industrial brasileiro cresceu bastante e passou a dividir espaço com a agricultura, para tanto foi fundamental a defesa de Getúlio Vargas a indústria nacional, foi relevante também a infraestrutura criada pelo governo e, devido a Segunda Guerra Mundial, a adoção de uma política de substituição de importações.

O trabalhismo, característico do governo Getúlio Vargas, foi à forma utilizada pelo presidente para ganhar o apoio dos trabalhadores para o governo. A política voltada ao trabalho instituída pelo presidente Vargas é também fruto do crescimento do movimento operário na luta para melhorar suas condições de vida. Todavia, frente os benefícios de Getúlio Vargas a classe trabalhadora existia também um controle sobre o movimento sindical. É importante ressaltar que em 1943 foi criada a

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, código jurídico organizador das leis trabalhistas.

Para Maria Helena Capelato o Estado Novo foi um regime de contradições, pois ao tempo que era autoritário, com ares de ditadura, era também bastante favorável a democracia. A autora conclui que estas contradições do regime tornaram-se muito evidentes e foi exatamente isto que enfraqueceu o prestígio de Getúlio Vargas, passando o suposto ditador a ser alvejado por forte oposição. Assim menciona Capelato sobre o dilema de Getúlio:

O dilema enfrentado pela ditadura era o seguinte: como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente. A pressão popular, que exigiu a entrada do Brasil na guerra com os Aliados, já dera mostras dessa tensão, que foi agravando até o fim do conflito¹⁶.

Acontece que o Brasil entrara na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados¹⁷, com os quais mantinha relações democráticas, mas seu governo identificava-se com o Eixo¹⁸. Dessa forma a sociedade brasileira não podia compreender que seus soldados lutassem na Segunda Guerra por democracia se em seu país vigorava um regime ditatorial que se identificava com o nazismo e o fascismo.

As primeiras manifestações contrárias ao governo getulista foram abafadas, mesmo havendo fortes indícios de que o regime estava debilitado a imprensa não pode divulgar as notícias das primeiras manifestações contrárias a Getúlio Vargas, mas em 1945 não se podia mais abafá-las¹⁹.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial trouxe mais dificuldades para a vida dos brasileiros, a popularidade do presidente caiu e a oposição a ele encontrou caminhos para se organizar²⁰.

Aqueles que criticavam o regime foram acusados pelos getulistas de quererem voltar ao passado e enalteceram os feitos do Estado Novo, o que, no entanto não impediu sua queda. Getúlio Vargas, usando de sua astúcia, e

¹⁶CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Civilização Brasileira, 2012. p. 136.

¹⁷Aliança Militar formada por Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética.

¹⁸Aliança Militar formada por Alemanha, Itália e Japão.

¹⁹CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Civilização Brasileira, 2012. p. 136.

²⁰Ibidem.

percebendo quão forte era a oposição ao seu regime, passou a apoiar o movimento²¹.

Luis Carlos Prestes lançou em meio as manifestações em favor da liberdade a Campanha Constituinte com Getúlio e em agosto de 1945 surgiu o queremismo movimento lançado pelos líderes sindicais e pelos funcionários do Ministério do Trabalho, que pedia a permanência de Getúlio Vargas na presidência. Com o progresso do movimento cresce a reação dos opositores de Getúlio Vargas e assim um golpe depôs o presidente Getúlio Vargas que acabou por renunciar ao governo. No entanto, apenas o Estado Novo, um regime, caiu, seu presidente continuava de pé, retornando ao poder, que tanto lhe agradava, em 1951, nos braços do povo²².

1.3 A Aliança Nacional Libertadora-ANL

A Aliança Nacional Libertadora, a ANL, foi uma frente multi-ideológica, mas conduzida por brasileiros, simpatizantes do comunismo. Ela fazia oposição às pregações fascistas do Integralismo e se inspirava no modelo de comunismo russo. A ANL foi o resultado de uma organização de esquerda, anti-fascista e anti-integralista.

A partir das lutas democráticas e da repressão entre elas, em especial ao I Congresso Nacional contra Guerra Imperialista e o Fascismo realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1934, surgiu, liderado pelos tenentes de esquerda descontentes com os rumos que a Revolução de 1930 tomava, o Comitê Jurídico Popular de Investigação, que foi lançado a 22 de setembro de 1934. O comitê passou a articular uma grande frente anti-imperialista e anti-integralista, que agrupasse todas as forças e instituições democráticas e que viria a transformar-se na ANL²³.

Marly de Almeida G. Vianna, através deste trecho, chama a atenção para a insatisfação dos tenentes, aliados do governo, até o momento, destacando que a partir de então articulam a criação da ANL, juntamente com o Partido Comunista, com o objetivo de combater de forma democrática o avanço de partidos imperialistas

²¹CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Civilização Brasileira, 2012. p. 137.

²²Ibidem.

²³VIANNA, Marly de Almeida G.. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: volume 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

e integralistas e tomar o poder através de um governo popular. Assim a partir desses ideais surge a Aliança Nacional Libertadora, lançada a 30 de março de 1935, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. De acordo com Fausto, no lançamento da ANL, um jovem estudante de direito – Carlos Lacerda – leu o manifesto do movimento e indicou para seu presidente de honra Luís Carlos Prestes, escolhido por aclamação. Na presidência ostensiva da ANL ficou o capitão da Marinha Herculino Cascardo²⁴.

A ANL foi organizada sob a destacada influência do PCB, que se ajustou a nova orientação da Internacional Comunista (I. C.)²⁵, a partir da junção de inúmeros sindicatos e federações de trabalhadores aos quais se somaram várias organizações políticas da esquerda e de cunho democrático, contou com a simpatia do operariado e da classe estudantil, organizações feministas, culturais, profissionais liberais e ainda com alguns adeptos do exército. Em poucos meses de funcionamento, formou mais de 6 mil sedes pelo país, caracterizando grande respaldo popular, como afirma Vianna:

A ANL foi reconhecidamente, a maior organização de massas que o país já teve. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, sendo a maioria no Rio de Janeiro. O sucesso da organização assustou o governo, cuja primeira reação foi fazer aprovar a Lei de Segurança Nacional²⁶ (a 4 de abril de 1935)²⁷.

Segundo Fausto a ANL era exemplo de uma frente popular que reunia vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo, logo em curto espaço de tempo a organização obteve bastante projeção, cálculos indicam que em julho de 1935, contava com cerca de 70 a 100 mil pessoas adeptas ao movimento de esquerda. Sua criação foi facilitada pela transformação que ocorreu no PCB, a partir do ingresso de Prestes no partido em agosto de 1934²⁸.

²⁴FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

²⁵Internacional Comunista – I.C.: organização política que de Moscou determinava a linha de ação do movimento comunista no mundo.

²⁶A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.

²⁷VIANNA, Marly de Almeida G.. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: volume 2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

²⁸FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.359.

O nacionalismo era um dos conteúdos básicos da ANL, para Boris Fausto é curioso que dos seus itens nenhum tratasse especificamente dos problemas operários. Seus itens eram: o não pagamento da dívida externa a nacionalização das empresas estrangeiras no Brasil, um governo popular e uma ampla reforma agrária²⁹.

A Aliança Nacional Libertadora constituiu-se assim em uma frente, formada em 1935 por setores que representavam a sociedade brasileira da época, que se mobilizaram em torno da luta contra o avanço do Integralismo no Brasil e do fascismo no mundo, a ANL também lutava contra o latifúndio no Brasil. Aglutinou grupos, setores, organizações e personalidades descontentes com o resultado da Revolução de 1930 e o conseqüente governo de Getúlio Vargas. A liderança de Luís Carlos Prestes foi indispensável para alcançar a unidade da organização³⁰. A direção da ANL pôde contar com a presença de tenentes graças a liderança de Prestes, assim também aconteceu com personalidades progressistas e militantes do PCB e os comunistas, ambos atraídos por Prestes.

A atuação da ANL se caracterizou pela participação em lutas de rua contra os integralistas, pela organização de grandes atos públicos, distribuição de boletins e jornais aliancistas.

Em julho de 1935, Getúlio colocou a ANL na ilegalidade, com base na Lei de Segurança Nacional, em novembro de 1935 ocorreu a Intentona Comunista, uma tentativa de revolução, realizada pelos membros da Aliança Nacional Libertadora, no entanto, mal organizada, foi fracasso com conseqüente prisão de seus líderes, inclusive o Cavaleiro da Esperança, Carlos Prestes.

²⁹ Ibidem.p.360.

³⁰ HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**; apud: Hernandez. 1985. p.48.

2 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP) NA ERA VARGAS

Getúlio Vargas, ao encontrar-se no poder, buscava se fortalecer e, desse modo, seu governo realizou ações no intuito de chegar a tal objetivo, tais ações tenderam a centralização administrativa e política, bem como a construção de uma identidade nacional brasileira uniforme, também se utilizou da censura para esconder atrocidades de seu governo, foi assim que encontrou no Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, um órgão de censura aos meios de comunicação e manifestações artísticas, um sustentáculo para seu governo.

O DIP controlava completamente a vida cultural do Brasil, assim, os folhetins que circulavam no Brasil, bem como formas de expressão artística tiveram que adaptarem-se às regras impostas pelo departamento após a censura ter sido instaurada oficialmente após o ano de 1937, quando o Brasil passou a viver o período autoritário do Estado Novo. Em meio a Ditadura Vargas o DIP exerceu um papel repressor e controlador, à medida que fazia a propaganda do governo de Getúlio Vargas e buscava controlar os meios de comunicação. Desse modo busca-se neste capítulo elucidar sua atuação perante a sociedade brasileira durante um período da tão discutida Era Vargas.

2.1 Ascendências do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): Um olhar Sobre os Departamentos Antecessores ao DIP e o Surgimento e Atribuições do Mesmo

Segundo Garcia ³¹ antes da criação do DIP, 1939, a condução da propaganda política esteve a cargo de vários órgãos e seções. O Departamento Oficial de Propaganda, DOP, foi criado em 1931 e tinha como principais atribuições elaborar um programa de rádio oficial, transmitido para todo o Brasil, o DOP foi reorganizado em 1939 e recebeu o nome de Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, entre suas atribuições estava analisar o uso do cinema e outros processos técnicos no intuito de utilizá-los na produção de filmes educativos e que pudessem

³¹ GARCIA, Nélon Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

orientar a cultura física. O DNP, como era chamado o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, cuidava também da organização das emissões radiofônicas oficiais e os departamentos ligados à propaganda continuaram a nascer e se reinventar, corrobora Garcia (1999, p. 140)³² que:

Em 1935, Filinto Muller, chefe de Polícia da Capital organizou, anexo a seu gabinete, um serviço encarregado de orientar campanhas, através de diversos meios de propaganda, para combater os “extremos” e as “ideologias subversivas”. Em 10 de novembro de 1937, esse departamento passou a denominar-se “Serviço de Divulgação” (SD). Em 15 de abril de 1939 foi extinto o SD e mantido apenas um de seus departamentos, o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS), encarregado da coordenação de elementos informativos de interesse da Polícia Preventiva. Dentre as atividades exercidas pelo SD, de 1937 a 1939, destacam-se: distribuição de artigos e comunicações à imprensa, distribuição de 90 mil retratos do presidente, intercâmbio com todos os municípios existentes, distribuição de livros e folhetos.

Havia, também, serviços de propaganda e publicidade nos Ministérios e órgãos da administração pública. E o caso do Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura, Serviço de Publicidade do DASP, Serviço de Publicidade da Secretaria do Estado do Ministério da Educação. Esses setores, com a criação do DIP, transformaram-se em “serviços de documentação”.

Segundo Luca³³ foi pelo Decreto Lei 1915 de 27 de dezembro do ano de 1939 que se criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, regulamentado, posteriormente pelo Decreto Lei 5077 em 29 de dezembro de 1939. A autora afirma que o DIP tinha atribuições bem maiores que as dos departamentos vinculados à propaganda que o antecederam. O DIP era um órgão de censura e de elaboração e difusão do discurso oficial do governo de Getúlio Vargas, assim, foi um órgão de grande importância para a sustentação do Estado Novo.

O DIP era dotado de diversas atribuições e, portanto, carecia de um número grande de servidores lotados nessa instituição e um número também grande de colaboradores. A estrutura do DIP compunha-se de cinco divisões, que eram cinema, turismo, imprensa, teatro, divulgação e radiodifusão. Existiam, ainda, os Serviços Auxiliares, que foram chamados depois de seções do Serviço Administrativo, entre eles estão Distribuição e Propaganda, Registro de Imprensa e Administração do Palácio Tiradentes e Pessoal.

³² GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

³³ LUCA, Tânia Regina. **A Produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) um Acervo Norte-Americano: Estudo do Caso**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 271-296 – 2011.

O DIP, de acordo, com Garcia (1999)³⁴ era subordinado diretamente ao presidente e pelo Decreto Lei 2557 de 4 de setembro de 1940 foram criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda que subordinavam-se ao DIP. Em 1945, o DIP deixava de existir oficialmente, sendo substituído pelo Departamento Nacional de Informações.

2.2 O DIP e Seu Papel Como Promotor da Propaganda no Governo Vargas

Segundo Santana³⁵ o governo Getúlio Vargas criou para si e para a população diversas formas de se promover, buscando por meio de sucessivos espetáculos, cerimônias, eventos e outras medidas a exaltação da figura do presidente do Brasil e de sua imagem, assim, o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, foi criado para fortalecer a máquina do Estado de propaganda e difusão.

Corrobora Santana (2010, p. 6)³⁶ que anteriormente ao DIP haviam sido criados departamentos, segundo a autora para:

intervir na produção e veiculação das imagens, no rádio, revistas e jornais, entre outros meios de comunicação. Em consequência disso é que o autoritarismo ganhou forças, uma vez que controlou a circularidade das informações e propagação dos ideais do Estado. No entanto, a recepção desta censura também não foi passiva.

Santana³⁷ salienta que as mensagens advindas com o Departamento de Imprensa e Propaganda geraram impacto na sociedade, impacto este que seria sentido também pela política e pela história social e cultural do período no qual ele floresceu e atuou de forma intensa.

Comenta Santana (2010, p. 6)³⁸ os efeitos que vinham com a atuação do DIP e a imagem assegurada por ele a aqueles que eram responsabilizados por algum ato notável.

³⁴ GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

³⁵ SANTANA, Samantha Perez de. **Getúlio Vargas do Homem ao Mito Político: A Desconstrução de uma Imagem (1930 – 1945)**. 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/SAMANTHA%20PEREZ%20DE%20SANTANA.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

A fotografia e os meios de comunicação tornaram-se responsáveis por denotar visibilidade ou anonimato a personagens e eventos, na mesma intensidade, disputando poder e notoriedade no espaço público. Comumente evocavam o futuro e o desenvolvimento e os responsáveis recebiam reconhecimento através das lentes do fotografo, entrando, desta maneira, para o registro na História, através da imagem assegurada pela impressão e propagação.

De acordo com Capelato (1999, p.171)³⁹:

O Departamento de Imprensa e Propaganda, que tinha amplos poderes sobre os meios de comunicação e se encarregava da organização da propaganda. Foi com o advento do Estado Novo que o governo sentiu mais fortemente a necessidade de investir na propaganda. Assim, lançou mão de todos os recursos das novas técnicas de persuasão que estavam sendo usadas em diversos países, especialmente na Alemanha de Goebbels. [...] O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.

Para ser eficiente a propaganda dependia de informações disponíveis sobre diversos pontos da sociedade brasileira. Assim contava com os informes do SIPS, que havia criado uma grande rede de informações em todas as cidades do Brasil, conseguindo, nas mesmas, diversos representantes que atuavam nas mais diversas profissões. O DIP contava com informações que vinham de outros órgãos, mas possuía um arquivo próprio com folhetos de propaganda tanto nacionais quanto internacionais, revistas e jornais.

Sobre a propaganda no DIP, Paschoal (2010, p. 6)⁴⁰ comenta:

Para garantir o monopólio e a uniformização das notícias e dos serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas, tudo era produzido e distribuído pela Agência Nacional. Sua distribuição era gratuita, saindo muitas vezes como matérias subvencionadas, dificultando assim o trabalho das empresas particulares que possuíam pontos de vistas contrários ao regime governamental.

³⁹ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e do Controle dos Meios de Comunicação. IN: PANDOLFI, Dulce.(Org) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

⁴⁰ PASCHOAL, Francisco José. **Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a14.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

O DIP utilizou-se do cinema para fazer propaganda do governo de Getúlio Vargas, por meio de documentários que tinham exibição obrigatória, foi também produzido o Cine Jornal Brasileiro, a literatura de cordel foi utilizada também no intuito de promover o governo de Getúlio, na propaganda também foram empregadas exposições, cartazes, moedas, selos comemorativos e comuns impressos com ilustrações e textos que reforçavam mensagens do regime, a arquitetura e a música também serviram a propósitos ideológicos, propaganda do governo getulista, promovendo o governo às imagens também forma amplamente utilizadas para repassar os feitos do presidente e de seu governo. Além de fazer a Propaganda de governo, o DIP atuava também na censura que o mesmo impôs.

2.3 O Departamento de Imprensa e Propaganda e Sua relação Com as Imagens

Antes da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, em 1934 havia o Departamento de difusão cultural que tinha como responsabilidade fazer a propaganda e a difusão de imagens oficiais, para tanto o departamento utilizava-se de livros escolares, desfiles, biografias e cartilhas. Era uma produção da imagem do presidente Getúlio Vargas e seu governo que seria aperfeiçoada com o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP a partir do ano de 1939. É relevante neste momento da história brasileira o papel disposto as fotografias, pois elas “assumem o papel de revelar um imaginário social construído e fortalecido, pois elas tornam o simbólico compreensível”⁴¹.

O governo de Getúlio Vargas utilizou-se de imagens para a construção da figura do presidente, assim, a fotografia teve papel de propaganda e legitimadora de Getúlio Vargas e de seu governo no intuito de transmitir suas ideologias e promover a comunicação entre governo e população.

A fotografia foi, dessa maneira, usada pelos departamentos do governo varguista como um instrumento capaz de manipular informações sobre o governo e seu presidente. Após o golpe do Estado Novo, Getúlio Vargas passou a atuar com

⁴¹ SANTANA, Samantha Perez de. **Getúlio Vargas do Homem ao Mito Político: A Desconstrução de uma Imagem (1930 – 1945)**. 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/SAMANTHA%20PEREZ%20DE%20SANTANA.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

ares de ditador e nesse contexto, o DIP passa a ser responsável, não somente, pela construção e propaganda da imagem conveniente de Getúlio Vargas e seu governo, o Estado novo, era responsável ainda pela censura que se instaurou nesse período.

Assim, “ao operar as imagens, o DIP atribui a elas diversas batalhas simbólicas, abrangendo uma gama ampla de atribuições burocráticas, todo o imaginário social e político do Estado Novo”⁴².

O DIP manteve, dessa maneira, forte relação com imagens a fotografia oficial de Getúlio Vargas, segundo Luca (2012, p.5) “foi distribuída às repartições públicas, escolas, estações ferroviárias, aeroportos, bancos, casas comerciais”.

As imagens no período em que o DIP orientava a propaganda do governo de Getúlio Vargas seguiram duas frentes, corrobora Santana (2010, p.7):

As imagens do período orientado pelo DIP seguiram duas frentes, necessariamente: uma adotando os critérios anteriores ao departamento, privilegiando os eventos e feitos do governo, desfiles, comemorações e a figura Varguista; outra, marcada por uma acentuada mudança, o contexto em que são produzidas mudam, e com isto os representados também. Agora, a ênfase estaria também na relação de Vargas com os populares, com o progresso e com o desenvolvimento.

Assim, orientadas pelo DIP, as imagens, bastantes utilizadas pelo mesmo, foram alimentadas com legendas, traziam consigo um forte apelo ao olhar e, desse modo, formaram um poderoso discurso. O Departamento de Imprensa e Propaganda usando-se de imagens seguidas por legendas conseguiu persuadir a população, pois além de construir discursos por meio das imagens, as mesmas serviam de prova do trabalho do governo e de seu presidente.

Fotos montagens, segundo informações de Santana, também eram uma estratégia bastante utilizada pelo DIP, as mesmas eram uma propaganda para a confirmação das realizações e projetos do presidente da nação brasileira. Assim, essas fotomontagens traziam em si a imagem de um presidente em momentos de seriedade, observador, participando do desenvolvimento da nação, essas imagens foram intencionalmente construídas.

De acordo com Santana (2010)⁴³ as imagens a partir da atuação do DIP fazem a população notável pela primeira vez, mesmo que bastante inferiores em

⁴² SANTANA, Samantha Perez de. **Getúlio Vargas do Homem ao Mito Político: A Desconstrução de uma Imagem (1930 – 1945)**. 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/SAMANTHA%20PEREZ%20DE%20SANTANA.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

notoriedade se comparadas a Getúlio Vargas. As indústrias, a guerra e o desenvolvimento são os temas mais destacados pelas imagens da época, há também cenas regionais e familiares, embora menos notáveis, estas imagens são ligadas ao regime autoritário de Getúlio Vargas e portanto, só podem ser analisadas e compreendidas se observadas tendo em mente esse contexto.

2.4 “A Hora do Brasil” O DIP e Sua Relação Com o Radio na Propaganda e Censura Imposta Pelo Governo Getúlio Vargas

Foi no ano de 1922 que o rádio chegou ao Brasil, momento em que acontece a primeira exposição de rádio no país, já em 1923 o Brasil tem instalada a sua primeira emissora de rádio, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ⁴⁴.

Em seu primeiro momento o rádio preocupou-se em levar cultura e educação à população. Há princípio o rádio ligou-se às camadas altas da população, pois transmitia óperas, músicas clássicas e Conferências, assim, não atingia as classes populares.

De acordo com Meneguel e Oliveira⁴⁵ no ano de 1924 surge a segunda emissora de rádio brasileira, a Rádio Clube do Brasil, em 1930 constam trinta emissoras de rádio no país e, assim, o rádio foi se desenvolvendo lentamente em território brasileiro até que com a audiência que adquiriu ao passar do tempo popularizou-se.

E foi, dessa maneira, que o rádio adquiriu importância e se tornou um importante instrumento utilizado durante a Era Vargas, sobre esse momento histórico Meneguel e Oliveira (2008, p.16)⁴⁶ relatam:

Getúlio Vargas e os vitoriosos da “Revolução” de 1930 criaram uma legislação que atribuía ao governo o total controle sobre tal veículo de

⁴³ SANTANA, Samantha Perez de. **Getúlio Vargas do Homem ao Mito Político: A Desconstrução de uma Imagem (1930 – 1945)**. 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/SAMANTHA%20PEREZ%20DE%20SANTANA.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

⁴⁴ MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias. **O Rádio no Brasil: do Surgimento à Década de 1940 e a Primeira Emissora de Rádio em Guarapuava**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem.

comunicação. Em 1931, foi criada uma comissão Técnica de Rádio, na qual o presidente teria o direito de nomear seus integrantes.

Estava aberto o caminho para a formação de uma rede nacional controlada pelo Ministério da Educação e Saúde que garantia ao governo a exclusividade para autorizar particulares a criarem novas emissoras. [...]

Em 1937, Getúlio Vargas assinou a Lei nº 385, que estimulava as atividades artísticas e obrigava que fossem incluídas, em todas as programações musicais, obras de autores brasileiros natos. [...]

Além do acesso à informação, o rádio logo tornou visível uma outra capacidade: a mobilização política.

A propaganda política adquiriu grande importância nas décadas de 1930 e 1940, período em que os meios de comunicação tiveram um considerável avanço em nível mundial.

Em 1932, pela legislação um programa nacional deveria ser transmitido, o mesmo, deveria abordar diversos assuntos, tal programa intitulou-se “Hora Nacional”, retransmitido a todas as emissoras do país.

Após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda “Hora do Brasil” passou a ser o programa oficial transmitido para todo o país, tinha por objetivo integrar à Capital Federal. Segundo Meneguel e Oliveira ⁴⁷ o DIP produzia o material de propaganda governamental, supervisionava e fiscalizava a aplicação da legislação que referiam-se as atividades culturais e também censurava os programas transmitidos por várias emissoras.

Para Calabre (2003, p.5) ⁴⁸:

A criação de um programa para ser ouvido, simultaneamente, em todo o território nacional, e que fosse capaz de integrar à Capital Federal os vilarejos mais distantes, somente se efetivou em 1939, já com a Hora do Brasil, a cargo do então recém-criado DIP.

O programa “Hora do Brasil” durava uma hora no ar, acontecia ao vivo, e encarregava-se de difundir a informação, o amor à pátria e a cultura. Dessa maneira, o programa divulgava os atos do governo, adotava o patriotismo e estimulava o gosto pelas artes populares. ⁴⁹

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ CALABRE, Lia. **Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque.** CPDOC/FGV Estudos Históricos, Mídia, n. 31, 2003/1. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

⁴⁹ MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias. **O Rádio no Brasil: do Surgimento à Década de 1940 e a Primeira Emissora de Rádio em Guarapuava.** 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

Os dossiês do CPDOC ⁵⁰ reforçam a intenção do programa “Hora do Brasil”:

A partir de 1939 a "Hora do Brasil" passou a ser feita pelo DIP, que tomou o lugar do DNP. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, "Hora do Brasil" incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela "boa música" através da audição de autores considerados célebres. A música brasileira era privilegiada, já que 70% do acervo eram de compositores nacionais. Comentários sobre a arte popular, em suas mais variadas expressões regionais, e descrições dos pontos turísticos do país também eram incluídos na programação. Quanto à parte cívica, era composta de "recordações do passado", em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. Nas peças de radioteatro, para as quais eram convidados os mais destacados dramaturgos da época, como Joraci Camargo, enfocavam-se dramas históricos como a retirada da Laguna, a abolição da escravidão e a proclamação da República.

Corrobora Calabre (2003, p.5)⁵¹ que “o papel de destaque no cenário oficial pertence ao programa Hora do Brasil. Este sim era o elemento de integração e de consolidação da cultura nacional”.

⁵⁰ CPDOC. **A Hora do Brasil**. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

3. O DIP E SEU PAPEL COMO MANTENEDOR DO POPULISMO E AUTORITARISMO VARGUIANO

Getúlio Dornelles Vargas foi um líder populista, sendo que o populismo surgiu em terras brasileiras com a sua subida ao poder. O populismo trazia em sua gênese concessões ao povo e aos aliados do regime, mas mantinha-se o poder, ele trouxe as massas ao quadro de estruturas de poder e foi por meio mesmo que Getúlio Vargas tomou para si o poder e articulou com este durante os vários anos que esteve no poder.

O governo populista de Getúlio Vargas mantinha estreita ligação com os meios de comunicação e atividades artísticas que pudessem levar à imagem do presidente a população. A partir de 1939, como já visto anteriormente, sua propaganda passou a ser feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que cuidava não só de popularizar Getúlio Vargas junto à nação, mas também de censurar o que fosse contra a imagem construída pelo mesmo e seu governo.

Este capítulo busca discutir o DIP e sua relação com o populismo varguista, bem como, procura entender como o mesmo, ajudou a manter o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas.

3.1 O Populismo Varguista durante o Estado Novo

Segundo Nobre⁵² foi o Estado Novo que possibilitou a melhoria do esquema de Getúlio Vargas para dominar as massas. Segundo o autor, Vargas havia iniciado o processo de mitificação de sua imagem ainda em 1930, quando subiu ao poder e durante o Estado Novo continuou com seu projeto. Assim, embora Getúlio Vargas assumisse tons de ditador no Estado Novo, imprimisse a censura e reprimisse os movimentos sociais, ele fez concessões no intuito de melhorar o modo de vida da população e era exatamente por essa estratégia que Getúlio Vargas detinha o apoio de grande parte da população, enquanto uma parcela, consideravelmente menor,

⁵² NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%Aancia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

lhe fazia oposição, nessa estratégia foi de grande importância o Trabalhismo, uma ideologia que punha Getúlio Vargas como o doador da legislação trabalhista.

Getúlio Vargas adota o título de “pai dos pobres”, trabalho e trabalhador passam a protagonizar os discursos de Getúlio Vargas e marcam as manifestações culturais e políticos do Brasil. O governo, no entanto, passou a controlar os sindicatos e, assim, tinha o controle dos trabalhadores.

Manter os sindicatos, mesmo, que os controlando, era uma forma de Getúlio Vargas passar a imagem de governo democrático e auxiliava na manutenção da imagem de “pai dos pobres” atribuída a Getúlio.

A Constituição de 1937 ajudaria a consolidar a imagem de Getúlio Vargas como caridoso “pai dos pobres” e passava ares benéficos ao regime ditatorial do governo Getúlio Vargas, a medida que fixava diretrizes da política social e trabalhista que seria implantada pelo Estado Novo.

O dia 1º de maio era o escolhido por Getúlio Vargas para dar boas novas do Governo Federal aos trabalhadores, assim, durante o Estado Novo todas as leis dedicadas a eles eram anunciadas no Dia do Trabalho, como já era de costume. (NOBRE, 2012)

Importante também na política populista de varguista no Estado Novo foi a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada em 1º de maio do ano de 1943, a CLT, conforme Nobre (2012, p.20)⁵³:

A CLT introduziu muitos direitos até então inexistentes como horário de trabalho, férias, descanso remunerado, condições de segurança etc. Outra iniciativa relevante foi a oficialização da assinatura da carteira de trabalho do operário no ato da contratação por qualquer empresa, instituída em 1932 e oficializada com a CLT, e que daria a partir de 1943, a chance de o trabalhador exigir seus direitos, já que a partir daquele momento ele possuiria um material oficial por escrito do registro de contratação pela empresa.

A aprovação da CLT contribuiu para aumentar o prestígio de Getúlio Vargas, que já era grande e “fortaleceu-se a imagem do ditador como protetor dos pobres,

⁵³ NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%AAncia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

como tutor da classe trabalhadora. Até hoje, apesar de os opositores já terem feito algumas modificações, a CLT continua forte”.

3.2 A Imprensa Como Mantenedora do Populismo e Autoritarismo do Governo de Getúlio Vargas

A Imprensa teve papel importantíssimo como divulgadora e propagandista da ideologia do Estado Novo. Ela foi fortemente utilizada para que Getúlio Vargas se mantivesse no poder e repassasse sua ideologia ao povo.

Corroborar Luca (2011, p.2)⁵⁴:

Durante o Estado Novo, houve um significativo esforço no sentido de justificar o regime e difundir uma imagem positiva do mesmo junto às camadas populares. A preocupação com a propaganda ficou evidente muito antes, já em 1931, quando do surgimento do Departamento Oficial de Publicidade (DOP). O órgão conheceu várias mudanças até que, em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado à presidência da República.

Segundo Nobre (2012) a Imprensa era utilizada pelo governo, porque naquele momento o Brasil passava por um momento autoritário e centralizador. Por esse motivo, Nobre (2012, p.25)⁵⁵ afirma:

Por isto era necessária a obtenção do controle total e irrestrito da mídia da época. Era vital para o governo estadonovista a obtenção de consenso, em torno do regime ditatorial de Vargas. E, através do domínio do rádio e da mídia impressa (jornal, livro e revista), seria possível este consenso a partir do momento em que se utilizasse a mídia para impor a ideologia governista.

Os meios de comunicação são importantes para a eficácia de uma ideologia dominante, os meios de comunicação fazem parte do dia-a-dia das pessoas, assim podem atuar como instrumento político. Nobre (2012, p. 25) entende a intenção do Estado Novo em utilizar a Imprensa:

⁵⁴ LUCA, Tânia Regina. **A Produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) um Acervo Norte-Americano: Estudo do Caso**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 271-296 – 2011.

⁵⁵ NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo**. 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%Aancia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

a intenção do governo estadonovista é bem clara: tentar unificar as massas sob a égide da ideologia populista, na tentativa de suplantar a crise de hegemonia que assolava o País. Entenda-se como hegemonia a "capacidade de unificar e manter unido, através da ação política, ideológica e cultural, um conjunto de forças sociais heterogêneas e marcado por contradições". Neste momento, surgiu a necessidade de controlar os veículos de comunicação de massa como cinema e, principalmente, o rádio. Era a maneira que o governo estadonovista via para, utilizando-se do poder coercitivo e dominador, oriundos do governo ditatorial criado em 1937, instaurar uma ideologia comum na mente de todo o povo brasileiro. É verdade que a programação criada pelo governo varguista para tentar dominar o povo não seria nunca 100% eficiente. Porém, a expectativa de todo o governo e, em especial daqueles que faziam a comunicação social do Estado, é que suas técnicas pudessem conquistar a simpatia da grande parte da população brasileira. É preciso analisar também, como atuam os veículos de comunicação responsáveis pela doutrinação da ideologia populista.

Os meios de comunicação, ao menos a maioria deles, agem na tentativa de influenciar o público para manter e garantir a estrutura vigente, tanto social, quanto econômica, foi partindo dessa premissa que os meios de comunicação foram utilizados pelo Estado Novo, visando influenciar a população, lavando a mesma a apoiar o governo de Getúlio Vargas e foi também nessa intenção que agiram os órgãos de controle e divulgação da propaganda a favor do governo de Getúlio Vargas, no intuito de dominar a comunicação do Brasil.

3.3 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Sua Contribuição ao Populismo Varguista

A Imprensa teve papel de grande importância como divulgadora e propagandista da ideologia do Estado Novo. A Imprensa foi fortemente utilizada para que Getúlio Vargas desenvolvesse sua política populista e repassasse sua ideologia ao povo.

Segundo Nobre⁵⁶ a Imprensa era utilizada pelo governo, porque naquele momento o Brasil passava por um período autoritário e centralizador. Por esse motivo, Nobre (2012, p.25) afirma:

⁵⁶ NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%Aancia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

era necessária a obtenção do controle total e irrestrito da mídia da época. Era vital para o governo estadonovista a obtenção de consenso, em torno do regime ditatorial de Vargas. E, através do domínio do rádio e da mídia impressa (jornal, livro e revista), seria possível este consenso a partir do momento em que se utilizasse a mídia para impor a ideologia governista.

Os meios de comunicação são importantes para a eficácia de uma ideologia dominante, eles fazem parte do dia-a-dia das pessoas, assim são capazes de atuar como instrumento político. Nobre (2012, p.25)⁵⁷ entende a intenção do Estado Novo em utilizar a imprensa:

Ou seja, a intenção do governo estadonovista é bem clara: tentar unificar as massas sob a égida da ideologia populista, na tentativa de suplantar a crise de hegemonia que assolava o País. Entenda-se como hegemonia a "capacidade de unificar e manter unido, através da ação política, ideológica e cultural, um conjunto de forças sociais heterogêneas e marcado por contradições". Neste momento, surgiu a necessidade de controlar os veículos de comunicação de massa como cinema e, principalmente, o rádio. Era a maneira que o governo estadonovista via para, utilizando-se do poder coercitivo e dominador, oriundos do governo ditatorial criado em 1937, instaurar uma ideologia comum na mente de todo o povo brasileiro. É verdade que a programação criada pelo governo varguista para tentar dominar o povo não seria nunca 100% eficiente. Porém, a expectativa de todo o governo e, em especial daqueles que faziam a comunicação social do Estado, é que suas técnicas pudessem conquistar a simpatia da grande parte da população brasileira. É preciso analisar também, como atuam os veículos de comunicação responsáveis pela doutrinação da ideologia populista.

Os meios de comunicação, ao menos a maioria deles, agem na tentativa de influenciar o público para manter e garantir a estrutura vigente, tanto social, quanto econômica, e foi partindo dessa premissa que os meios de comunicação foram utilizados pelo Estado Novo, visando influenciar a população, levando a mesma a apoiar o governo de Getúlio Vargas, a oposição ao presidente era mínima, e foi também nessa intenção que agiram os órgãos de controle e divulgação da propaganda a favor do governo de Getúlio Vargas, agiram para dominar os veículos de comunicação do Brasil.

Para Garcia⁵⁸ o objetivo da propaganda no Estado Novo era persuadir as classes subalternas para que acreditassem na ideologia dominante, fazendo-os crer

⁵⁷ NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%AAncia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

⁵⁸ GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política.** 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

que os interesses do governo eram os interesses da nação. Para o autor, durante o Estado Novo todas as instituições eram controladas e agiam no sentido “de reproduzir, através da ideologia, as relações vigentes. Não obstante, o papel mais significativo coube à propaganda e, portanto, ao aparelho ideológico de Estado da Informação”.⁵⁹.

Garcia (1999) afirma, ainda, que para a realização da propaganda no Estado Novo foi montada um sistema de controle, onde o Estado monopolizava a difusão de ideias e todos os meios de produção. Assim, os órgãos que foram criados ou reestruturados dirigiam a difusão de ideias e “manipulavam de maneira permanente e absoluta todos os recursos e meios de comunicação disponíveis”. (GARCIA, p.138).

Segundo Garcia (1999) o eixo de toda a propaganda do Estado Novo constituiu-se pela palavra falada, afirma que os discursos que Getúlio Vargas proferia em inaugurações, comemorações, entre outros, era que fornecia o conteúdo básico da propaganda. Diz o autor que diversos meios de comunicação eram empregados, comumente para a reprodução simples dos discursos, ou para repetir e aclarar os pontos essenciais que eles continham.

Na propaganda empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, certamente o rádio, foi um dos meios de comunicação que mais contribuíram para a sua política populista, o rádio foi amplamente empregado para difundir as mensagens do presidente, as notícias oficiais e também seus discursos. Alto-falantes forma instalados em diversos ambientes públicos para transmitir a “Hora do Brasil”.

O Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, atuou intensamente na propaganda do Estado Novo, não só no rádio onde a propaganda varguista foi intensa contribuindo para que seu governo populista e autoritário se mantivesse forte junto a população. O DIP agiu também nos cinemas, nas revistas, tendo revistas oficiais, como a “Cultura Política” que foi editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de 1941 à 1945.

A edição de livros, sobretudo os de conteúdo político e social foi outro recurso utilizado pelo DIP para difundir a ideologia estadonovista e o populismo varguista,

⁵⁹ GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. 1999. Disponível em:<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

bem como se utilizou de outras formas, já mencionadas no capítulo anterior e que contribuíram para manter a política populista do “pai dos pobres”.

Nobre (2012, p. 27)⁶⁰ elucida sobre a importância do papel do DIP para o populismo varguista:

O DIP manipulou a cultura popular para conseguir, de forma mais eficaz, a aceitação da política populista pelo povo. Como fazer isso, associando as normas positivas francesas e o populismo à doutrina cristã, foi um grande desafio. Para isso, foi muito utilizado nos discursos populistas de Vargas que o trabalho seria recompensado pelo Estado, garantindo o gozo dos resultados deste trabalho em uma sociedade justa e igual. Daí surgiram várias músicas que falavam que Getúlio era um homem bom e que o trabalho levaria a população ao sucesso. Estas canções, bastante difundidas pelas rádios, principalmente as que faziam parte do "pool" do governo central, como a Rádio Nacional, tinham como objetivo acabar com a cultura "que bom é ser malandro". Ou seja, valorizava o trabalho como meio de desenvolvimento e ascensão social.

Havia outro recurso empregado pelo DIP que contribuiu para o populismo de Getúlio Vargas era as denominações de avenidas, aviões, Institutos, Estados, taça de futebol que tinham seus nomes atribuídos ao presidente, lembrando, assim, sua grandiosidade e importância para a nação, tanto que estava presente nos mais diversos lugares do Brasil e nas mais diversas modalidades esportivas como no futebol e no automobilismo, tão apreciadas pelos brasileiros.

3.4 Censura: O DIP e o Autoritarismo Varguista

O governo de Getúlio Vargas teve um caráter ambíguo ao passo que inaugurou uma nova fase da história brasileira e representou certa ruptura com o ideal das oligarquias que até então dominaram o cenário nacional. Para Rossi (2005, p.1)⁶¹:

o caráter populista daquele governo nublou os olhos da sociedade para uma “política de cabresto”, a qual sempre visava ao controle total das esferas pública, social, econômica e, até mesmo, cultural. Duas faces, portanto: um

⁶⁰ NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%AAncia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

⁶¹ ROSSI, Vanberto José. **As duas faces do primeiro Governo Vargas.** 2005. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/as-duas-faces-do-governo.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

governo autoritário e centralizador, mascarado pelo discurso demagógico de uma pretensa democracia que se autodenominava nacional-desenvolvimentista.

O governo de Getúlio Vargas, segundo Rossi (2005)⁶² foi autoritário em grande parte por tentar conciliar centralidade política e modernização à consolidação de uma classe burguesa e industrial. Foi então no ano de 1937 que Getúlio Vargas promoveu um golpe de Estado no qual dissolveu o Congresso e outorgou uma nova Constituição, dissolveu os partidos, também foi publicado o Código de Imprensa e, dessa, forma, estava instaurada uma ditadura e também censura.

O Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, foi criado para ser porta-voz oficial “do governo que afunilava o conteúdo programático dos meios de comunicação, especialmente o radiodifusão”.⁶³

O populismo em colaboração com o autoritarismo de Getúlio Vargas contribuíram de forma intensa para a legitimação do Estado Novo e atuação de propaganda e censura. O Departamento de Imprensa e Propaganda era subordinado ao presidente e⁶⁴ detinha diversas atribuições, entre as quais se destacam, segundo Garcia (1999) o auxílio e estímulo de censura e propaganda nacional interna e externa.

O DIP cuidava de controlar as informações, mas Getúlio Vargas ainda ia além da atuação do mesmo e no intuito de fortalecer sua política populista, “Getúlio Vargas procurava inteirar-se das histórias e piadas a seu respeito”⁶⁵. Assim, Vargas estava em contato com o sentimento do povo pelo seu governo.

O DIP monopolizou os meios de comunicação no intuito de que as mensagens repassadas pelos mesmos, não apresentassem contradições, era objetivo do DIP, também eliminar a contra propaganda, dessa maneira, o DIP buscava fazer com que os efeitos da comunicação fossem maiores e fortalecessem o populismo, bem como o autoritarismo do presidente Getúlio Vargas.

⁶² ROSSI, Vanberto José. **As duas faces do primeiro Governo Vargas**. 2005. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/as-duas-faces-do-governo.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

Após a implantação do Estado Novo os censores eram presença física garantida nas redações dos órgãos de imprensa, ao passo que foram substituídos posteriormente pela censura através do telefone.

Corroborando Nobre ⁶⁶ que o DIP foi criado na intenção de priorizar as ações do governo varguista e reforçar seu discurso populista, garantindo, assim que o Estado fosse visto como homogêneo, sem divisão de classes.

O autoritarismo de Getúlio Vargas usou-se do DIP, onde havia recursos de manipulação de informações e pode construir valores para que fossem incorporados pela sociedade e fixados à consciência do povo.

Para o autoritarismo varguista era insuficiente atingir apenas o povo, era necessário atingir também as classes dominantes, o discurso populista era nesse intuito utilizado, mas o autoritarismo do presidente Getúlio Vargas não permitia ao povo ter identidade política e as classes dominantes precisavam ser bloqueadas, explica Nobre (2012, p.28):

O discurso populista precisa atingir não só o povo, mas, também, as classes dominantes. E quanto ao povo, este não poderia ter uma identidade política. Com isso, gerava-se um limite, um ponto fraco no discurso populista no que tange à sua eficácia junto aos trabalhadores. Quanto às classes dominantes, era necessário bloqueá-las, impedir que a oposição dos agro-exportadores, aliados à classe média, impedisse o Estado de se manter centralizador, autoritário e gestor da economia no País. Características estas necessárias, segundo Vargas, para alavancar o industrialismo no Brasil e, conseqüentemente, elevá-lo à categoria de País desenvolvido. Ao mesmo tempo, precisava-se convencer os industriais de que estas novas características do Estado brasileiro lhes eram favoráveis. Tudo isso tinha um objetivo claro: justificar política e institucionalmente o Estado Novo. Segundo o discurso vigente à época, o governo estadonovista visava recolocar o Brasil no caminho correto.

O regime autoritário de Getúlio Vargas era popularizado pelo DIP, por meio de seu modelo de divulgação e propaganda. O governo autoritário cometia atrocidades, mas a população mantinha-se pacífica, sem mobilizações, isso porque a mídia fazia por onde reforçar a imagem de um povo brasileiro dócil, o Estado autoritário, por meio de ações do Departamento de Imprensa e Propaganda procurava desmobilizar

⁶⁶ NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%Aancia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

o país, para tanto a censura era uma arma utilizada, era o símbolo de um governo autoritário.

Sobre a Censura no governo Getúlio Vargas discute Garcia (1999, p.158)⁶⁷:

A censura [...] caracterizava-se não apenas pelo aspecto negativo de proibição, mas também por ser positiva, na medida em que implicava ênfase em determinada direção, determinando uma concepção indimensional da realidade.

A censura se reproduzia automaticamente através da autocensura. O rigor das penalidades determinava que os responsáveis pelos meios de comunicação evitassem a divulgação de qualquer notícia ou artigo que degradasse o regime.

Sobre o DIP e a censura Nobre (2012, p.29) corrobora⁶⁸:

Para manter esta pacificidade, tanto o DIP quanto os DEIPs precisaram utilizar de um subterfúgio: a censura. A censura atuava em todos os veículos de comunicação. No caso do rádio, nosso objeto de estudo, ele "era censurado por equipes de rádio-escutas, que na sede do DIP e dos DEIPs sediados nos estados revezava-se em turnos e acompanhavam a programação notificando as infrações". Já no caso dos periódicos, ou seja, dos jornais, a censura chegava a mutilar matérias de tal forma que estas ficavam irreconhecíveis. Outras vezes a mudança ocorria para beneficiar ou mesmo enaltecer fatos ou feitos de Getúlio Vargas. Mais uma vez aparece a questão da busca por fortalecer e enaltecer a figura do líder político. O DIP manipulava até símbolos nacionais de forma que estes enaltecessem o Estado, identificando-o ao presidente e à nação. O redirecionamento dos fatos era outra prática corriqueira nos tempos da censura do DIP. No geral tudo isso tinha como objetivo controlar os veículos de forma tal que nada do que fosse divulgado tivesse em seu conteúdo informações prejudiciais para o governo central.

O DIP era encarregado de censurar o que fosse preciso para manter o regime autoritário de Getúlio Vargas, tanto no cinema, teatro, literatura, esporte, imprensa e política. Quem infringisse a censura podia ser multado, se fosse artista ou empresário poderia ser suspenso de suas atividades, bem como suspensão de funcionamento de empresas, cassação de licenças para funcionamento, destituição de cargos e até prisão entre outros. Para a Imprensa poderia ter o corte de publicidade oficial, pena mais aplicada aos jornalistas. O DIP também atuava no

⁶⁷ NOBRE, Daniel Praciano. **A Influencia do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%Aancia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

⁶⁸ Ibidem.

sentido de favorecer jornalistas que escrevessem matérias defendendo as teses oficiais do governo. A esse respeito comenta Paschoal (2010, p. 6)⁶⁹:

O sistema dispunha de formas de coerção das empresas que não participavam do esquema, através de isenção de taxas alfandegárias sobre a importação de papel, estabelecendo que os proprietários de jornais e revistas devessem obter autorização do Ministério da Justiça, mediante o prévio preenchimento de numerosas exigências, para poder desfrutar da isenção. Com esse recurso, o governo passou a controlar diretamente a imprensa através de “bloqueios financeiros”, concedendo os favores fiscais apenas àqueles jornais que seguissem a orientação política governamental. Para os que não se encaixavam no sistema, o governo Vargas utilizava a intervenção física, como o ocorrido com o jornal paulista, “O Estado de São Paulo”, em março de 1940.

A censura restringia qualquer notícia ou manifestação contrária à imagem a qual o regime procurava passar. As notícias que mostravam ou sugeriam a existência de oposição ou descontentamento com o regime eram constantes em proibição, nos meios de comunicação nada de aparecer telegramas, protestos dirigidos ao presidente ou autoridade e órgãos que se ligavam ao governo getulista.⁷⁰

Também não se falavam em problemas econômicos, quer fossem referentes a transportes, quer fossem de preços. Desastres, acidentes, quedas de aviões, nada disso era comentado. A censura também não permitia que assuntos políticos, internos ou externos, fossem divulgados. Notícias a cerca da Segunda Guerra Mundial também foram vetadas depois que o Brasil rompeu relações com o eixo e começou a participar efetivamente da Guerra.⁷¹

Assim, o DIP foi pensado, estruturado e posto em prática para trabalhar no mantimento do populismo e do autoritarismo varguista e a este propósito ele serviu. O Departamento de Imprensa Propaganda atuou de modo que o Governo Vargas teve propaganda intensa e positiva, bem como por meio da censura, este departamento conseguiu passar ao povo somente o que lhe interessava, dessa maneira, o DIP favoreceu o populismo e o autoritarismo de Getúlio Vargas. O DIP

⁶⁹ PASCHOAL, Francisco José. **Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a14.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

⁷⁰ GARCIA, Néson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

⁷¹ Ibidem

esteve entre 1939 e 1942 sob a direção de Lourival Fontes, que já dirigira o DPDC e o DNP, tendo como sucessores o major Coelho dos Reis, de 1942 até 1943, e o capitão Amilcar Dutra de Menezes, que atuou até a extinção do DIP, que ocorreu em 1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento que fizemos, da leitura e interação com todo o aporte teórico aos quais tivemos acesso, vimos que o governo Getúlio Vargas conseguiu se manter durante tantos anos e manipular o consciente da população, alavancando uma verdadeira comoção quando se trata deste presidente, por ter conseguido aliar ao seu mandato órgãos que o promoveram e criaram uma imagem que é indiscutivelmente marcante e inesquecível ao povo brasileiro.

Órgãos como o Departamento de Imprensa e propaganda foram criados para o fortalecimento da máquina do Estado de propaganda e difusão., de modo que o governo do presidente Getúlio Vargas recorreu ao uso da imagens, dos filmes, dos rádios e de toda a contribuição dos meios de comunicação, imprensa e cultura como papel de propaganda e legitimadora de Vargas e de seu governo no intuito de transmitir suas ideologias e promover a comunicação entre governo e população.

Indiscutivelmente não há como negar a magnitude e a inteligência deste homem, para manipular, persuadir e despertar um misto de emoções que foi do amor ao ódio, da exaltação ao rebaixamento, somente um homem inteligente, perspicaz e astuto é capaz de despertar tantos sentimentos. No caso de Getúlio Vargas ele não entrou na vida de uma pessoa, mas ele manejou durante anos toda uma nação.

Com seu discurso e com o auxílio do DIP foi possível que Getúlio Vargas dominasse as massas, e alavancasse um processo de mitificação de sua imagem, e mesmo que o presidente incorporasse tons de ditador no Estado Novo, imprimisse a censura, reprimindo os movimentos sociais, ele fez concessões no intuito de melhorar o modo de vida da população e foi justamente por essa tática que Getúlio Vargas deteve o apoio de grande parte da população, enquanto uma parcela, consideravelmente menor, lhe fazia oposição.

O DIP promoveu, censurou, manteve e sustentou o populismo de Getúlio Vargas fazendo dele muito mais do que um importante político na história do Brasil, mas tornou-o, indubitavelmente, um mito, venerado por uns, odiado por outros e ainda admirado por uma grande maioria por sua maestria em fazer da sua vida e até

mesmo de sua morte, algo que vai além do histórico, mas chegou a tornar-se metaforicamente um conto popular, contado de gerações em gerações, independentemente da posição política, religiosa ou idade do indivíduo. Todos um dia já ouviram, discutiram e debateram Getúlio Vargas. Certamente o DIP teve papel relevante para sustentar e perpetuar o populismo do presidente Getúlio Vargas que apesar de hoje já ser entendido de maneira mais crítica e imparcial por muitas pessoas, ainda é marcante e inexpugnável na memória e na vida do povo brasileiro

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. **Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque.** CPDOC/FGV Estudos Históricos, Mídia, n. 31, 2003/1. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

CPDOC. **A Hora do Brasil.** <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e do Controle dos Meios de Comunicação. IN: PANDOLFI, Dulce.(Org) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política.** 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

LUCA, Tania Regina. **A Produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) um Acervo Norte-Americano: Estudo do Caso.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 271-296 – 2011.

_____, Tania Regina. **As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas.** UNESP/Assis. Pesquisa financiada pelo CNPq. 2011.

MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias. **O Rádio no Brasil: do Surgimento à Década de 1940 e a Primeira Emissora de Rádio em Guarapuava.** 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

NOBRE, Daniel Praciano. **A Influência do Populismo no Rádio Brasileiro Durante o Estado Novo.** 2012. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/01.%20A%20influ%C3%Aancia%20do%20populismo%20no%20r%C3%A1dio%20brasileiro%20durante%20o%20Estado%20Novo.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

PASCHOAL, Francisco José. **Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil.** 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a14.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

ROSSI, Vanberto José. **As duas faces do primeiro Governo Vargas.** 2005. Disponível em: <http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaelectronica/as-duas-faces-do-governo.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2014.

SANTANA, Samantha Perez de. **Getúlio Vargas do Homem ao Mito Político: A Desconstrução de uma Imagem (1930 – 1945)**. 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/SAMANTHA%20PEREZ%20DE%20SANTANA.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.